PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

RELATÓRIO ANUAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

2021

Mapa Estratégico TJPI 2021-2026

SUMÁRIO

1 Introdução

2 Diretriz Estratégia

3 Diretriz Inovação

4 Diretriz Eficiência

5 Diretriz Resolutividade

6 Dados:

- Boletim Estatístico
- Plenário Virtual
- Cumprimento de Mandados 1º grau
- Cumprimento de Mandados 2º grau
- Comparativo Relatório Justiça em números
- Metas
- IGOV-TIC-JUD
- Prêmio CNJ de Qualidade

Introdução

Em meu discurso de posse assumi a missão de honrar o compromisso firmado com meus eminentes pares, dirigindo este sodalício sempre buscando a salutar e necessária harmonia, objetivando uma administração dinâmica e com a agilidade necessária aos avanços a que nos propomos.

Nesse primeiro ano de gestão, temos sempre nos pautado pelo estudo e desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade da prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça do Piauí e contribuam para a efetiva paz social.

Nosso compromisso deve ser sempre dirigido ao cidadão, o verdadeiro dono do poder, a quem todos nós, que exercemos cargos públicos, devemos servir.

MUITO OBRIGADO!

Nosso Objetivo

Missão

Assegurar a Justiça e a Pacificação Social

Visão

Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a Justiça de forma efetiva

Valores

Credibilidade, Acessibilidade, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Ética, Probidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Imparcialidade e Resolutividade.

DIRETRIZES

ESTRATÉGIA

INOVAÇÃO

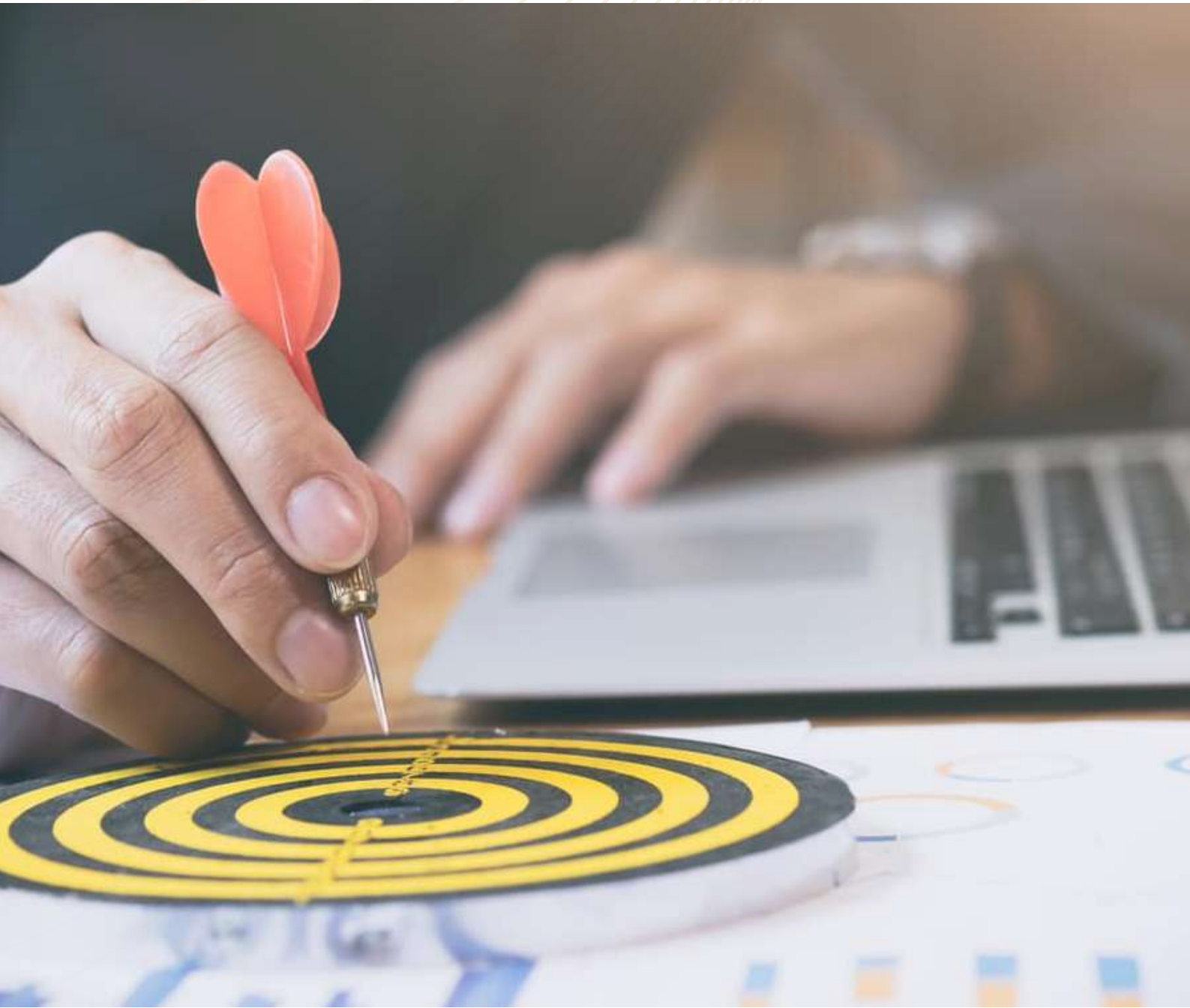
IN LEGE VINCES

RESOLUTIVIDADE

EFICIÊNCIA

DIRETRIZ: ESTRATÉGIA

Configuração do modo de pensar e agir diante do ambiente e projeção do planejamento do TJPI como mecanismo de impulsionamento da atividade jurisdicional.



INICIATIVAS FINALIZADAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

- **Projeto "Institucionalização da Gestão de Projetos no TJPI"**
- **Projeto "Institucionalização da Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário"**
- **Projeto "Elaboração do Plano de Gestão 2021-2022"**
- **Ação: Encontro de Trabalho 2021**

INICIATIVAS EM ANDAMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.

- **Projeto Instituir o Prêmio Mais Justiça TJPI.**
- **Projeto "Avante TJPI" 2021**
- **Projeto "Pesquisa de Satisfação Interna"**
- **Projeto "Prêmio Mais Justiça - TJPI"**
- **Projeto "Pesquisa de Satisfação com o Atendimento TJPI"**
- **Ação: Capacitação com Foco na Estratégia.**
- **Ação: Readequação do Portal da Estratégia.**

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ – CICLO 2021/2026

A construção da "Estratégia do TJPI" foi realizada por meio de processo participativo e democrático, com o apoio dos magistrados e servidores das áreas administrativa e judicial, que participaram dos ciclos de Líderes Avançados, realizados durante a I Jornada do Planejamento Estratégico 2021. O público externo (OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e jurisdicionados) também contribuiu através da consulta pública realizada para tal fim.

Esse processo de construção possibilitou rica discussão e amplo conhecimento sobre importantes aspectos do TJPI, em especial pelo novo modelo de trabalho imposto pela pandemia Covid-19.

Ao final da Jornada, a Secretaria de Gestão Estratégica apresentou todos os documentos que formam o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Piauí – Ciclo 2021/2026 (Painel de indicadores , Cesta de iniciativas) que foram disponibilizados em formato digital, em atenção ao objetivo estratégico de “tornar o TJPI mais sustentável”.

PLANO DE GESTÃO

O Plano de Gestão para o biênio 2021-2022 é o documento, que apresenta de forma metodológica, os objetivos e as iniciativas da gestão, alinhados às diretrizes das Resoluções TJPI n. 04/2015 e CNJ n. 325/2020.

Para o Presidente do TJ-PI, Desembargador Oliveira, o Plano de Gestão, apesar de ambicioso, é factível, mas demanda grande esforço para alcançá-lo. Ademais, para o sucesso do Plano, é necessário o empenho de todos que compõem o órgão na busca por melhores resultados nos índices de avaliação nacional.

As iniciativas propostas no plano são no total de 92 (noventa e dois) , até o momento já foram finalizadas 17 (dezessete), encontram-se em andamento 64 (sessenta e quatro) , e não iniciadas 11 (onze).

DESEMBARGADOR OLIVEIRA APRESENTA NÚMEROS E AÇÕES QUE MARCAM OS 100 PRIMEIROS DIAS DE GESTÃO NO TJ-PI.

O TJ-PI celebra os 100 primeiros dias da nova gestão do Poder Judiciário do Piauí sob administração do Desembargador José Ribamar Oliveira.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROJETOS NO TJPI

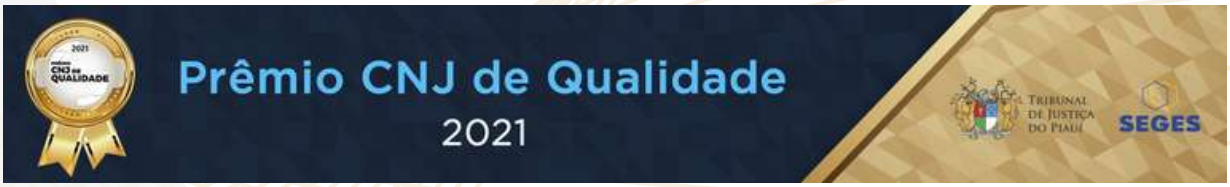
A COORDENADORIA DE ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Em fevereiro foi publicado o Provimento Conjunto nº. 34/2021, que dispõe sobre a formalização e implementação da Coordenadoria de Escritório de Projetos e a regulamentação da institucionalização da Gestão de Projetos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

A Coordenadoria padronizou o fluxo dos projetos institucionais (Termo de Proposta e Abertura de Projetos e Termo de Encerramento de Projetos) e elaborou um "Manual de Projetos" com o objetivo de direcionar e orientar os Proponentes, Gerentes de Projetos e as Equipes de Projetos na condução de todas as etapas dos projetos, estabelecendo procedimentos a serem observados durante o processo de proposição e de gerenciamento dos projetos no âmbito do nosso Tribunal.

Além disso, no site Portal da Estratégia, foi disponibilizada a Cartilha "Vamos criar um projeto", com orientações didáticas aos magistrados e servidores que desejam iniciar ou formalizar um Projeto institucional.

IMPULSIONAR O TJPI NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE



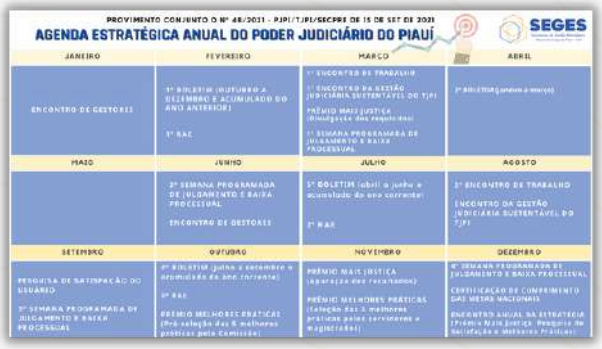
Visando alcançar o objetivo estratégico de "Impulsionar o TJPI no Prêmio CNJ de Qualidade", foi realizado diagnóstico da real situação do TJPI quanto aos requisitos do Prêmio, além da criação do "Painel de bordo" e o acompanhamento do plano de ação de cada unidade administrativa e judicial, por meio do projeto "Avante TJPI". Os trabalhos foram conduzidos pela Comissão Gestora do Prêmio "CNJ de Qualidade", ligada ao Comitê da Gestão da Estratégica.

- **Avante TJPI – Plano Diretor dos Trabalhos Relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade**

O "Avante TJPI" busca desenvolver ferramentas e processos de trabalho que auxiliem o gerenciamento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, para o reposicionamento e avanço do nosso Tribunal no contexto nacional. Além disso, visa também a melhoria do serviço prestado à sociedade pelo Poder Judiciário do Estado do Piauí, a partir da busca por dados consistentes e confiáveis, boa gestão e transparência.

AGENDA ESTRATÉGICA ANUAL DO JUDICIÁRIO PIAUIENSE

Dando continuidade às ações especificadas no Plano de Gestão 2021/2022 do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), a Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) elaborou a Agenda Estratégica Anual do Judiciário Piauiense, instituída através do Provimento Conjunto TJPI n. 48/2021.



O documento tem por objetivo padronizar, formalizar, orientar e garantir a continuidade dos processos de trabalho relacionados à execução e ao monitoramento da Estratégia durante todo o período de sua vigência.

A Agenda consolida um dos macrodesafios do Poder Judiciário: o Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

I ENCONTRO DE TRABALHO DA AGENDA ESTRATÉGICA ANUAL DO JUDICIÁRIO PIAUIENSE

Como parte da Agenda Estratégica Anual do Tribunal de Justiça do Piauí, foi realizado o I Encontro de Trabalho, conduzido pela Comissão Gestora das Metas, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria Judiciária e Corregedoria Geral de Justiça. A reunião teve a participação de magistrados de primeiro e segundo graus, secretários de Varas e diretores de secretarias de Juizados Especiais, além de representantes dos gabinetes dos desembargadores e desembargadoras.

Durante o Encontro, as equipes do TJ-PI puderam direcionar os trabalhos dos últimos meses do ano de 2021 para um esforço concentrado em julgamentos e baixas processuais.

PROGRAMA "QUANTO CUSTA A MINHA JUSTIÇA?"

Produtos do Objetivo estratégico do Plano de Gestão em andamento em 2021

- Campanha de conscientização do jurisdicionado.
- Elaboração de material educativo.
- Ato normativo em formato de recomendação a magistrados relativa à concessão do benefício de justiça gratuita.

INSTITUIÇÃO E GESTÃO DE COMITÊS, COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO

O Provimento Conjunto Nº 39/2021, publicado dia 19 de abril de 2021 tem como finalidade a implantação da gestão de comitês, comissões e grupos de trabalho do Poder Judiciário do Estado do Piauí, como importante ferramenta da governança institucional, visando aprimorar mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade que contribuem diretamente para o alcance das metas da nossa Instituição.

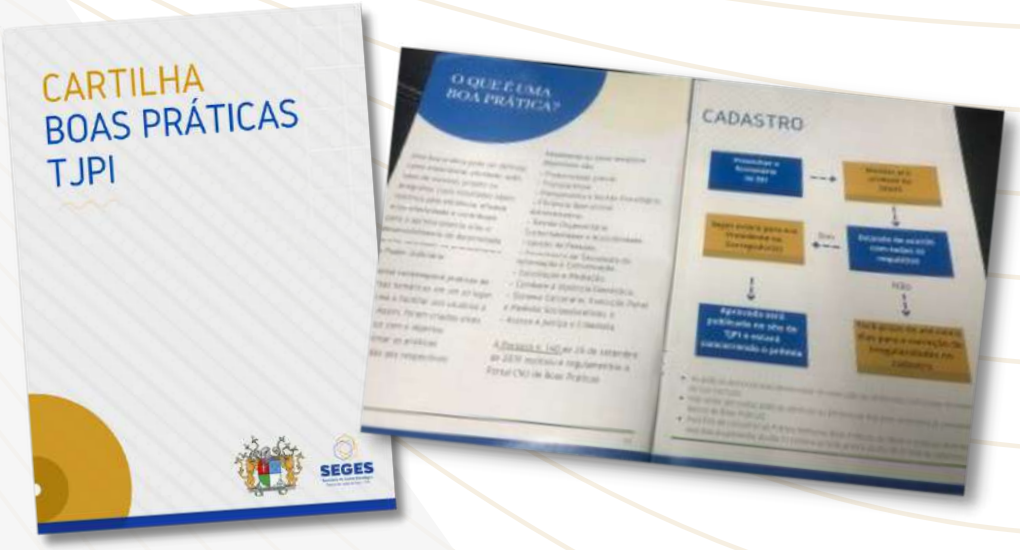
CAPACITAR COM FOCO NA ESTRATÉGIA

O objetivo estratégico que visa capacitar o corpo de servidores e colaboradores do TJPI com foco na estratégia da instituição alinhada às diretrizes e metas do CNJ, teve, como primeira iniciativa, a inclusão do módulo - Gestão Estratégica, com carga horária de 4h, no Curso de Capacitação dos Novos Servidores realizado pela EJUD-TJPI.

O curso segue as diretrizes da Instrução Normativa nº 01 de 03 de maio de 2017, da ENFAM, que disciplina o credenciamento de cursos oficiais. O referido módulo foi ministrado em 20/04/2021 e abordou fundamentos de planejamento, estratégia, metodologia de planejamento estratégico, metas e indicadores de avaliação.

Até o final de novembro de 2021 a Escola do Judiciário Piauiense-EJUD finalizou 89 (oitenta e nove) atividades educacionais.

BOAS PRÁTICAS DO JUDICIÁRIO PIAUIENSE



Com a ideia de reconhecer práticas que simplificam e modernizam o Judiciário e ações que promovam eficiência e qualidade dos serviços jurisdicionais, o "Banco de Boas Práticas" tem por finalidade identificar, catalogar e disseminar as boas práticas de gestão, com vistas a assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias.

O "Banco de Boas Práticas" visa ainda levantar e compartilhar boas práticas em gestão judiciária, propor novas iniciativas para melhoria da prestação jurisdicional e reconhecer o desempenho dos colaboradores do Poder Judiciário do Piauí.

DIRETRIZ: INOVAÇÃO

Estímulo à cultura de inovação, promovendo o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes e a criação de soluções de inovação incrementais e disruptivas.

INICIATIVAS FINALIZADAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

- **Projeto " Implantação do Laboratório de Inovação do TJPI - OPALALAB"**
- **Projeto "Implantação do Banco de Boas Práticas do TJPI"**
- **Projeto "Desdobramento da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (Res. CNJ 370/2021)"**
- **Projeto 'Implantação do Balcão Virtual"**
- **Projeto: "Cadastro Eficiênte"**

INICIATIVAS EM ANDAMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

- **Programa "Aperfeiçoamento do TJPI em Números"**
- **Projeto "Virtualização de Processos Físicos - 2º Grau"**
- **Projeto " Virtualização de Processos Físicos - 1º Grau"**
- **Projeto "Implantação do Núcleo da Justiça 4.0"**
- **Projeto "Implantação do Juízo 100% Digital"**
- **Projeto "Migração dos Sistemas Judiciais do TJPI para o PJe"**

OPALA LAB

O Opala Lab tem como objetivo fomentar a cultura de inovação, promover o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes, o aumento da produtividade e a criação de soluções de inovação incrementais ou disruptivas.
O Laboratório de Inovação é um espaço de interação, experimentação e criação conjunta, com a colaboração ativa de magistrados e servidores, com uso intensivo de métodos ágeis e práticas colaborativas, que envolvem ações de pesquisa, exploração, ideação, realização de pilotos, prototipagem e testes estruturados de soluções inovadoras.

Laboratório de Inovação - OPALALab e as boas práticas já incorporadas :

- Devolução de processos no PJe;
- Integração do PJe com o Diário Eletrônico;
- Painel de informações sobre as coordenadorias;
- Fluxo Sessão de Julgamentos;
- Painel resultado das Sessões de Julgamento;
- Intimações automáticas no PJe;
- Fluxo Remessa de processos para tribunais superiores;
- Integração do PJe com os Correios (E-Cartas).

IMPLANTAÇÃO DO MAAT

O MAAT é o primeiro projeto do Laboratório de Inovação do TJPI e traz uma inovação considerável na área das Unidades Judiciárias. Quando implantado em todas as Unidades de 1º e 2º grau, o MAAT vai trazer um impacto significativo e positivo na produtividade do Tribunal.

AMPLIAR O TJPI EM NÚMEROS PARA ALINHAMENTO COM DADOS DO DATAJUD

A Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação - STIC apresentou definição três novos painéis para o TJPI:

1. Painel de "Processos Distribuídos e Tramitando"
2. Painel de "Atividades do Servidor"
3. Painel "Gerencial de Alto Nível"

JUÍZO 100% DIGITAL

O objetivo estratégico da implantação do Juízo 100% digital no Tribunal de Justiça do Piauí, alinhado aos objetivos do plano de gestão do Ministro Fux, está sendo desenvolvido pelo Desembargador José Olímpio Passos Galvão.

O projeto institucionalizado por meio da Portaria Nº 2337/2021 – PJPI/TJPI/SECPRE, de 13 de setembro de 2021, a ser implantado em todas as unidades judiciárias deste Tribunal, visa promover mais celeridade e eficiência na tramitação processual, em observância ao Princípio do Devido Processo Legal, como também proporcionar maior comodidade, na medida em que os atores processuais não precisam comparecer aos fóruns para dar andamento à demanda, que tramitará de forma integralmente virtual.

Atualmente, o Juízo 100% digital foi implementado em todas as unidades de competências cíveis do estado, que somam 123 (cento e vinte e três) unidades.

BALCÃO VIRTUAL

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) publicou o Provimento Nº 35/2021, que institui o Balcão Virtual no âmbito do Poder Judiciário estadual, bem como a Portaria Nº 714/2021 que operacionaliza o sistema.

- O que é o Balcão Virtual ?

O Balcão Virtual é um sistema de atendimento virtual ao jurisdicionado, que deverá ser acessado em página específica do sítio eletrônico do TJ-PI, pelo endereço (http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/balcaovirtual/).
É um ambiente digital que permite à Secretaria das unidades judiciárias e aos advogados se comunicarem em tempo real, durante o expediente forense, sem a necessidade de agendamento de horário. O ambiente do Balcão Virtual tem características e atribuições semelhantes a um balcão físico nas dependências do tribunal em sua forma de atendimento ao público.

CONTRATOS TIC

Investimentos com contratações de TIC chegam a R$ 13.750.895,30, proporcionando modernização e inovação ao TJPI.

TOTAL:	R$ 13.750.895,30

CONTRATOS SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SGC

Economia gerada no 1 º ano da gestão do Des. José Ribamar oliveira:

- Resultado financeiro do contingenciamento de gastos decorrente de todas as ações realizadas no âmbito da Superintendência de Gestão de Contratos e Convênios.

TOTAL:	R$ 6.598.668,66

- Resultado financeiro do contingenciamento de gastos decorrente de ações realizadas no âmbito da Seção de Contratos.

TOTAL:	R$ 2.133.536,24

- A atuação do Núcleo de Contratos Especiais, através de sua fiscalização administrativa, buscando um eficaz controle dos gastos administrativos gerou uma economia direta.

TOTAL:	R$ 4.465.132,42

DIRETRIZ: EFICIÊNCIA

Inserção de fluidez nas atividades de gestão judiciária do TJPI e organização de modelos de trabalhos institucionais que destaquem a otimização dos recursos e induzam os resultados positivos.

INICIATIVAS FINALIZADAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Promoção da Sustentabilidade.

- **Projeto "Aprimorar a Gestão do Sistema SEI"**
- **Projeto "Institucionalização dos Boletins Estatísticos Trimestrais do TJPI 2021"**
- **Projeto "Elaboração do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 (Resolução CNJ nº 400/2021)"**
- **Ação: Atualização do Normativo do Teletrabalho**

INICIATIVAS EM ANDAMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Promoção da Sustentabilidade.
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

- **Projeto " TJPI 100% Transparente "(Ranking da Transparência)**
- **Projeto "Institucionalização do Prêmio Mais Justiça - TJPI"**
- **Projeto "Instituição da Política de Governança das Contratações Pública - Res. n. 347/2020 do CNJ"**
- **Projeto "Implantação de ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de cartão de crédito, débito e PIX"**
- **Projeto "Redução de Despesas com Aluguéis"**
- **Projeto "Redução do consumo de água engarrafada e copos descartáveis (ODS 12)"**
- **Programa "Vida Saudável"**
- **Implantação da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (Res. CNJ 351/2020)**
- **Projeto " Manual de Atribuições"**
- **Ação: Atualização do Normativo da Lotação Paradigma - Res. TJPI 109/2018**

AÇÕES REALIZADAS

- Atualização da legislação do TJPI.
- Implantar programa de controle de metas e produtividade do servidor em teletrabalho.
- Aumento da força de trabalho .
- Programa de acompanhamento da saúde do servidor.
- Implantar sistema de acompanhamento do estado de saúde do corpo funcional do TJPI, de forma eletrônica, incluindo a relação e histórico de exames realizados.
- Promover o acompanhamento de saúde mental dos servidores.
- Atualizar ato normativo do teletrabalho.
- Atualizar ato normativo da lotação paradigma e Reorganizar a força de trabalho de servidores cedidos nas unidades judiciárias do interior.
- Expandir o Programa Vida Saudável por meio da promoção de campanhas de promoção e preservação da saúde física e mental do corpo funcional do TJPI.
- Promover ações de enfrentamento contra à COVID e preservação do distanciamento social.
- Redução de consumo de copos descartáveis.
- Comissão do Concurso TJ-PI.
- Grupo de trabalho do Programa de excelência do 2ª grau.

BOLETIM ESTATÍSTICO

A Seção de Análise Estatística da Secretaria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Piauí disponibilizou o Boletim Estatístico em um novo formato mais interativo.

No Boletim, constam as principais variáveis e indicadores de produtividade do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), partindo de uma visão geral do Órgão e descendo ao nível dos quatro principais grupos (1º Grau, 2º Grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais).

No documento podem ser encontrados casos novos, processos baixados, casos pendentes, taxa de congestionamento e demais informações que podem ser comparadas com os mesmos períodos de anos anteriores.

Variáveis e Indicadores	2020	2021
Casos Pendentes	536.480	509.205
Decisões interlocutórias	140.271	170.185
Sentenças/Decisões terminativas ou homologatórias	136.297	148.095
Casos Novos	132.235	172.165
Processos baixados/arquivados	130.809	138.726
Índice de Atendimento à Demanda (%)	98,92	80,58
Taxa de Congestionamento (%)	80,4	78,59
Índice de Conciliação (%)	9,58	9,71

TJ-PI PARTICIPA DO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) deverá ser o primeiro Tribunal de Justiça do país a participar, efetivamente, do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), uma ação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), executada pelas Redes de Controle nos estados.

A reunião de apresentação do programa aconteceu dia 24/03/2021, sendo o TJ-PI representado pelo Juiz Auxiliar da Presidência, Rodrigo Tolentino. Segundo esse magistrado, o objetivo principal do programa é fortalecer as estruturas de prevenção à corrupção das organizações públicas do país.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS-PJPI)

O Plano de Logística Sustentável (PLS-PJPI) é uma ferramenta de planejamento que permite aos órgãos integrantes do Poder Judiciário do Estado do Piauí estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, objetivando uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, em uma visão sistêmica do órgão.

AÇÕES REALIZADAS NA AUDITORIA INTERNA

- Criação do Estatuto de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; (RESOLUÇÃO Nº 227/2021, DE 21 DE JUNHO DE 2021).

- Criação do Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; (RESOLUÇÃO Nº 229/2021, DE 21 DE JUNHO DE 2021).

- Criação de Regulamento sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Piauí; (RESOLUÇÃO Nº 230/2021, DE 21 DE JUNHO DE 2021).

- Criação da Unidade de Auditoria Interna nos termos da Lei nº 7.546 de 30 de julho de 2021; (Estrutura administrativamente vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí para atuação exclusiva na 3ª Linha de Defesa, tal como prescrito na Declaração de Posicionamentos do IIA: As 03 (três) Linhas de Defesa, devendo exercer apenas atividade de Auditoria (avaliações e consultorias) totalmente afastada e desvinculada da prática de atos de cogestão).

- Lotação de 07 (sete) servidores na Unidade de Auditoria Interna, sendo 06 (seis) Auditores de Carreira e 01 (um) Engenheiro Civil; (Portaria (Presidência) Nº 2729/2021 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 16 de setembro de 2021/Portaria (Presidência) Nº 2729/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD, de 17 de novembro de 2021 (id. Sei 2851238).

AÇÕES REALIZADAS NA SOF

Política de intensificação de fiscalização eletrônica e de processos administrativos fiscais, monitoramento do PJe e controle de selos, fizeram que o FERMOJUPI tivesse uma arrecadação na qual ultrapassou 100 milhões de reais.

Em relação à política de valorização de pessoal e reestruturação administrativa, foram realizadas as seguintes ações:

- Incremento de GCET;
- Criação de cargos de assistente de magistrado de primeiro grau;
- Criação de cargos em comissão para área de apoio administrativo;
- Extensão do auxílio saúde para servidores e magistrados inativos e dependentes;
- Indenização de férias retroativas, de magistrados com acúmulos de férias vencidas promovendo assim a conversão em pecúnia de seis decêndios;
- Pagamento de auxílio alimentação retroativo para magistrados;
- Nomeação de todos os candidatos remanescentes do concurso de servidores;
- Efetivação de aposentadorias incentivadas com a respectiva indenização.
- Em relação aos investimentos do PJPI, foram alocados no orçamento mais de 30 milhões para Tecnologia da Informação e mais de 40 milhões para obras de construção e reformas de prédios.

DIRETRIZ: RESOLUTIVIDADE

Valorização de práticas focadas no desenvolvimento do Poder Judiciário, buscando a alta performance e consolidando vias de diálogo entre instituições essenciais à Justiça.

INICIATIVAS FINALIZADAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

- **Projeto "Institucionalização das Semanas Programadas de Julgamentos e Baixas Processuais 2021"**
- **Projeto "Cadastro Eficiente"**

INICIATIVAS EM ANDAMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO:
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

- **Projeto "Mulherex"**

POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS

Com projetos e ações básicas o Poder Judiciário piauiense, através do NUEPEMC, reafirmou no ano de 2021 o seu compromisso com a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, através do Macrodesafio, PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA CONFLITOS, para:

- Diminuir a Judicialização dos Conflitos de interesses de baixa complexidade;
- Disseminar a prática de soluções consensuais de conflitos;
- Prestar atendimento ágil e eficiente à sociedade por meio de procedimentos pré e processuais.

Neste sentido, seguem abaixo as principais ações/projetos desenvolvidos pelo TJPI no âmbito da Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses:

- Acompanhamento do desenvolvimento, desempenho e resultados dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), bem como informação à Secretaria de Gestão Estratégica dos dados estatísticos correspondentes à Meta 3 de 2021 – Estimular a Conciliação.

- Plano de Capacitação nos Métodos Consensuais de Prevenção e Desjudicialização de Litígios - No ano de 2021, a Escola Judiciária do Piauí - EJUD/PI em parceria NUPEMEC promoveu o, Curso de Capacitação de Mediadores Judiciais, que objetivou a capacitação de servidores e público externo nos métodos consensuais de solução de conflitos .

- Remuneração dos Mediadores Judiciais - a implantação da remuneração dos mediadores judiciais tem sido um objetivo perseguido constantemente pelo NUPEMEC e tem como justificativa exatamente o que determina o novo CPC, a Lei de mediação e a Resolução do CNJ, tendo em vista a necessidade de valorização dessa mão-de-obra qualificada de mediadores.

- Promover a Continuidade de Instalação de CEJUSC nas Comarcas do Interior.

- Retomada do Projeto (A)gosto do Pai - desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) de 1° Grau, e integrante do Banco de Boas Práticas do Instituto Innovare desde 2020.

- Sala de Acolhimento – este espaço tem o objetivo de disponibilizar um ambiente adequado, seguro e digno para as crianças, enquanto seus pais ou responsáveis participam de audiências de mediação ou conciliação, estando as crianças sob o cuidado de uma colaboradora preparada para acolher e cuidar.

- Parcerias para participação em eventos, feiras e atividades acadêmicas – Com esta ação, acredita-se que é possível, divulgar, prestar esclarecimentos e orientação à população acerca da Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses.

- Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Móvel – CEJUSC Móvel – no ano de 2021 as comarcas de Pedro II Caracol receberam o CEJUSC Móvel.

- Ampliar Sistema de Mediação Digital.

- Canal de Orientação ao Cidadão – para ampliar os meios de comunicação entre a população e o NUPEMEC, os Centros Judiciários e todas as unidades judiciárias, foi criado e divulgado um Whatsapp no telefone funcional do NUPEMEC e o Balcão Virtual, possibilitando maior acesso à informação e comunicação.

- Música para Conciliar.

- Ação conjunta com a OAB/PI – lançamento de folder educativo, promovido pela Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OAB PI, cuja temática é: "Mecanismos adequados de solução de conflitos".

CONCURSO TJ-PI

Foi intituida a Comissão Organizadora de Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal de servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, a ser composta pelos seguintes membros:

1.8. Portaria (Presidência) Nº 2982/2021 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 20 de dezembro de 2021

O Excelentíssimo Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições regimentais,
CONSIDERANDO a Manifestação Nº 21547/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SEAD (2884118), o Despacho Nº 93536/2021 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/JZAXLPRE/GABJAPRES2 (2889917) e o Despacho Nº 99580/2021 - PJPI/TJPI/SECPRE (2939218), nos autos do processo SEI nº 21.0.000117373-9,
RESOLVE:
Art. 1º CONSTITUIR a Comissão Organizadora de Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal de servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, a ser composta pelos seguintes membros:
I - Presidente **RODRIGO TOLENTINO** - Juiz de Direito;
II - Membro Titular **LIRTON NOGUEIRA SANTOS** - Juiz de Direito;
III - Membro Titular **EDVALDO REBOUÇAS DE SOUSA NETO** - Juiz de Direito;
IV - Membro Suplente **LEONARDO BRASILEIRO** - Juiz de Direito;
V - Membro Suplente **VALDEMIR FERREIRA SANTOS** - Juiz de Direito;
VI - Membro Titular **CARLOS EUGÊNIO DE SOUSA** - Indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí - SINDSJUS;
VII - Membro Titular **CARLOS HENRIQUE BEZERRA SALES** - Indicado pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Estado do Piauí - SINDOJUS;
VIII - Membro Suplente **ANA VALÉRIA DE SOUSA NUNES** - Indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí - SINDSJUS;
IX - Membro Suplente **TIAGO VERAS BELEZA** - Indicado pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Estado do Piauí - SINDOJUS.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 22 de dezembro de 2021.
Desembargador **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**
Presidente do TJ/PI

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PRIMEIRO GRAU

- PJe Criminal: CGJ e Presidência do TJ-PI criam grupo para aprimorar migração de processos físicos para meio eletrônico

Como forma de dar suporte à implantação do módulo Criminal do Processo Judicial Eletrônico (PJe Criminal) no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí e a Presidência do TJ-PI criaram Grupo de Trabalho para aprimorar a migração de processos físicos de natureza penal para o meio eletrônico.

- Corregedoria implanta projeto "Fortalecendo os JECCs".

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) implantou o projeto "Fortalecendo os JECCs", que tem como objetivo prestar auxílio efetivo e eficaz aos Juizados Especiais Cíveis, Juizado da Fazenda Pública (JECCs) e às Turmas Recursais Cíveis. Inicialmente, nove unidades judiciárias já estão sendo atendidas pelo projeto.

- Gabinete remoto: CGJ-PI abre consulta sobre demanda de unidades judiciárias para julgamento de demandas repetitivas.

- Arquivo Regionalizado.

1. Transferência do arquivo judicial da Comarca de Capitão de Campos para o pólo arquivístico de Joaquim Pires;
2. Organização do arquivo judicial da Comarca de Capitão de Campos, no pólo arquivístico de Joaquim Pires;
3. Organização do arquivo judicial da Comarca de Esperantina, no pólo arquivístico de Joaquim Pires;
4. Início da organização do arquivo judicial da Comarca de Luzilândia, no pólo arquivístico de Joaquim Pires;
5. Transferência do arquivo judicial da Comarca de José de Freitas para o posto avançado de atendimento de Nossa Senhora dos Remédios, a ser realizada no período de 12 a 17 de abril de 2021.

- Formação do Comitê Gestor de Política de Justiça Restaurativa aprova Plano Interno de Ação do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJ-PI.

SECRETARIA REMOTA ALCANÇA QUASE 200 MIL MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS

A Secretaria Remota, unidade de apoio da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI), realizou quase 200 mil movimentações processuais entre janeiro e outubro de 2021. A unidade tem o propósito de auxiliar o trabalho das unidades jurisdicionais na prática de atos processuais cartorários nos feitos eletrônicos do sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí(TJPI).

A Secretaria Remota é composta por servidores e estagiários lotados na Corregedoria ou designados para atuação com período definido sem causar danos ao seu local de lotação. De janeiro a outubro deste ano, a Secretaria Remota alcançou o quantitativo de 198.152 movimentações processuais realizadas em 39 unidades judiciárias.

JANEIRO/OUTUBRO DE 2021	
Quantidade de Unidades judiciárias que já receberam o apoio da Secretaria Remota	39
Quantitativo de movimentações realizadas	198.152
Quantitativo de processos arquivados	4.198
Quantitativo de processos remetidos ao 2º grau ou turma recursal	1.818

AÇÕES DESENVOLVIDAS NO SEGUNDO GRAU

- Reestruturação da SEJU visa conferir agilidade na Prestação Jurisdicional de cerca de 35 mil processos:

Com intuído de alavancar a produtividade dos processos em andamento, a Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Piauí (SEJU) passou por uma restruturação interna que possibilitou a distribuição da força de trabalho, com a desconcentração de tarefas e melhoria do fluxo processual nas Coordenadorias Judiciárias Cível, Criminal e do Pleno.

- Virtualização dos Processos Físicos alocados em segundo grau de jurisdição:

Foi apresentado um Plano de Ação para a Virtualização dos Processos Físicos, contendo cronograma específico, regramento e critérios de padronização fixados em Provimento Conjunto que será expedido pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Corregedoria Geral de Justiça.

- Centro de Apoio ao Gabinete dos Desembargadores:

O Centro atuará em colaboração ao Núcleo de Apoio às Unidades Judiciárias de 2º grau. Compete ao Centro de Apoio ao Gabinete de Apoio aos Desembargadores

- Grupo de Estudo Permanente de assessores de 2º Grau:

Grupo de Estudo permanente formado por assessores para promover o intercâmbio de experiências e a discussão de assuntos jurídicos atuais com o objetivo de impulsionar o aumento da produtividade.

- Instituição do Grupo de Trabalho visando aperfeiçoamento dos serviços de uniformização e divulgação da jurisprudência do TJPI.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

TJ-PI LANÇA PAINEL DE MONITORAMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS

A Secretaria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Piauí (SEGES-TJPI) lança o Painel de Monitoramento de Medidas Protetivas de Urgência, como forma de atrair atenção para os números da violência doméstica no Piauí.
O lançamento faz parte da campanha Agosto Lilás, alusiva ao mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, e ressalta o foco da Gestão do TJ-PI com a temática.

XIII FONAVID: Piauí recebe evento para debater ações de combate à violência doméstica e familiar contra mulher

O debate sobre a violência doméstica e familiar é o tema central do evento, que aconteceu de forma híbrida – modalidades presencial e remota -, que contou com a participação de autoridades e convidados de todo o país, no período de 29 de novembro a 02 de dezembro de 2021.

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

TJ-PI, SEBRAE E SEJUS ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL A EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PIAUÍ

Foi assinado na Presidência do Tribunal de Justiça do Piauí, um acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional, entre TJ-PI, Secretaria de Justiça do Estado do Piauí e SEBRAE, que visa difundir a cultura empreendedora para egressos do sistema carcerário, de acordo com cada região do estado levando em consideração suas especificidades, por meio da realização de oficinas e palestras com foco na disseminação da cultura inovadora e no estímulo aos pequenos negócios.

PARCERIA ENTRE TJ-PI, SEJUS E SEBRAE INICIA COM REALIZAÇÃO DE OFICINA NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA

A iniciativa faz parte do projeto "Progressos: Estratégia com Empreendimento", idealizado pela Secretaria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Piauí (SEGES/TJ-PI) e é a primeira ação executada referente ao Acordo de Cooperação Técnica Interinstitucional, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI), a Secretaria de Justiça do Estado do Piauí (SEJUS), e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Piauí(SEBRAE).

- Fazendo Justiça: TJPI discute iniciativas para o Sistema Socioeducativo Estadual.

- Medidas preventivas à propagação do novo coronavírus no sistema socioeducativo.

DADOS DO TJ-PI

DADOS : COMPARATIVO RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2021 (ANO BASE 2020)

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES E BAIXADOS

Os tempos de tramitação dos processos são apresentados com base em três indicadores:

1. Tempo médio entre a data do início do processo até a sentença.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Tempo médio da inicial até a sentença	1º grau: 3 anos e 5 meses 2º grau: 1 ano e 7 meses	1º grau: 2 anos e 5 meses 2º grau: 1 ano e 3 meses
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	11º	8º

2. Tempo médio entre a data do início do processo até o primeiro movimento de baixa.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados	1º grau: 3 anos 2º grau: 3 anos e 2 meses	1º grau: 2 anos e 6 meses 2º grau: 2 anos e 4 meses
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	8º	4º

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES E BAIXADOS

3. Duração média dos processos que ainda estavam pendentes no fim do ano anterior.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	1º grau: 2 anos e 3 meses 2º grau: 3 anos	1º grau: 1 ano e 10 meses 2º grau: 2 anos e 5 meses
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	7º	4º

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO (IC)

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Índice de Conciliação	12,7%	9,8%
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	9º	4º

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA

Esse indicador, para ser estatisticamente considerado positivo, necessita estar no valor de, no mínimo, 100% pois isso refletiria que o Tribunal estaria sendo capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Índice de Atendimento à Demanda	74,4%	93,5%
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	11º	8º

TAXA DE CONGESTIONAMENTO LÍQUIDA (TCL)

Mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base (período de referência para coleta de dados), em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Cumpre informar que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano, devido a existência de prazos legais a serem cumpridos, especialmente nos casos em que o processo ingressou no final do ano-base.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
Taxa de Congestionamento Líquida	Estimado: 59% Realizado: 74%	Estimado: 64% Realizado: 76%
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	11º	10º

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES (IPS) E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO (IPM)

Esses indicadores computam as médias de processos baixados por servidores ou magistrados em atuação, em outros termos, divide-se o número de baixas processuais pelo número de servidores/magistrados.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
IPS	Estimado: 152 Realizado: 74	Estimado: 124 Realizado: 71
IPM	Estimado: 1.981 Realizado: 971	Estimado: 1.565 Realizado: 893
Posição em relação aos Tribunais Estaduais de pequeno porte	IPS: 8ª IPM: 10ª	IPS: 7ª IPM: 10ª

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-JUS)

É uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2020	2021
IPC-Jus	49%	57%
Posição em relação aos Tribunais de Justiça	27º	25º

DADOS : PLENÁRIO VIRTUAL

PROCESSOS PAUTADOS NO PERÍODO DE 01/06/2019 A 31/12/2021

PRESENCIAL	VIRTUAL
Total: 8.966	Total: 50625

DADOS : CUMPRIMENTO DE MANDADOS 1° GRAU

Quantidade de mandados distribuídos para cumprimento aos oficiais de justiça lotados na Central de Mandados de Teresina, obtidos através de consulta ao Sistema Satélite Judicial de gestão dos mandados expedidos nos processos que tramitam no ThemisWeb e PJE, no período de 01/01/2021 a 31/12/2021:

QUANTIDADE THEMIS	QUANTIDADE PJE	TOTAL
24319	46776	71095

DADOS : CUMPRIMENTO DE MANDADOS 2° GRAU

A quantidade de mandados cumpridos de 10/08/2021 , data da implantação da Central de Mandados, até 31/12/2021:

DISTRIBUÍDOS	CUMPRIDOS
818	817

DADOS: BOLETIM ESTATÍSTICO TJ-PI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

VARIÁVEIS E INDICADORES	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021
Casos novos	176.528	232.038
Casos Pendentes	551.312	516.331
Sentenças e decisões Terminativas e Homologatórias	173.669	203.805
Decisões interlocutórias	183.120	224.628
Processos Baixados	165.525	184.735
Taxa de congestionamento	76,91%	73,65%
Índice de atendimento a demanda	93,77%	76,91%
Índice de conciliação	9,36%	9,76%

DADOS: SEMANA PROGRAMADA DE JULGAMENTO E BAIXAS PROCESSUAIS DE 2021

VARIÁVEIS E INDICADORES	DEZEMBRO DE 2020	DEZEMBRO DE 2021
CASOS NOVOS	13.110	17.403
CASOS PENDENTES	551.822	517.325
PROCESSOS BAIXADOS	8.765	12.146

A semana tem como objetivo impulsionar o cumprimento da Metas Nacionais
1 – "Julgar mais processos do que os distribuídos".
2 – "Julgar os processos mais antigos e melhorar significativamente o Índice de Atendimento à Demanda – IAD, que tem ligação direta com o número de processos baixados.

DADOS : METAS NACIONAIS 2021

META 1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	87,66

META 2

Identificar e julgar até 31/12/2021, pelo menos, 80% dos processos distribuídos no 1º grau e 2º grau, e 90% dos processos distribuídos nos Juizados e Turmas Recursais.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
1º Grau	88,00
2º Grau	118,93
Juizados especiais	106,55
Turmas Recursais	100,75

DADOS : METAS NACIONAIS 2021

META 3

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2020.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	80,53

META 4

Identificar e julgar até 31/12/2021, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	58,27

DADOS : METAS NACIONAIS 2021

META 5

Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2020.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	100,10

META 6

Identificar e julgar até 31/12/2021, 60% das ações coletivas distribuídas no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas no 2º grau.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
1º Grau	98,70
2º Grau	127,37

META 8

Identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
Feminicídio	76,19
Violência Doméstica	120,34

DADOS : METAS NACIONAIS 2021

META 9

Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	68,00

META 11

Alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, indicador que computa o percentual de processos ingressados eletronicamente.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	105,70

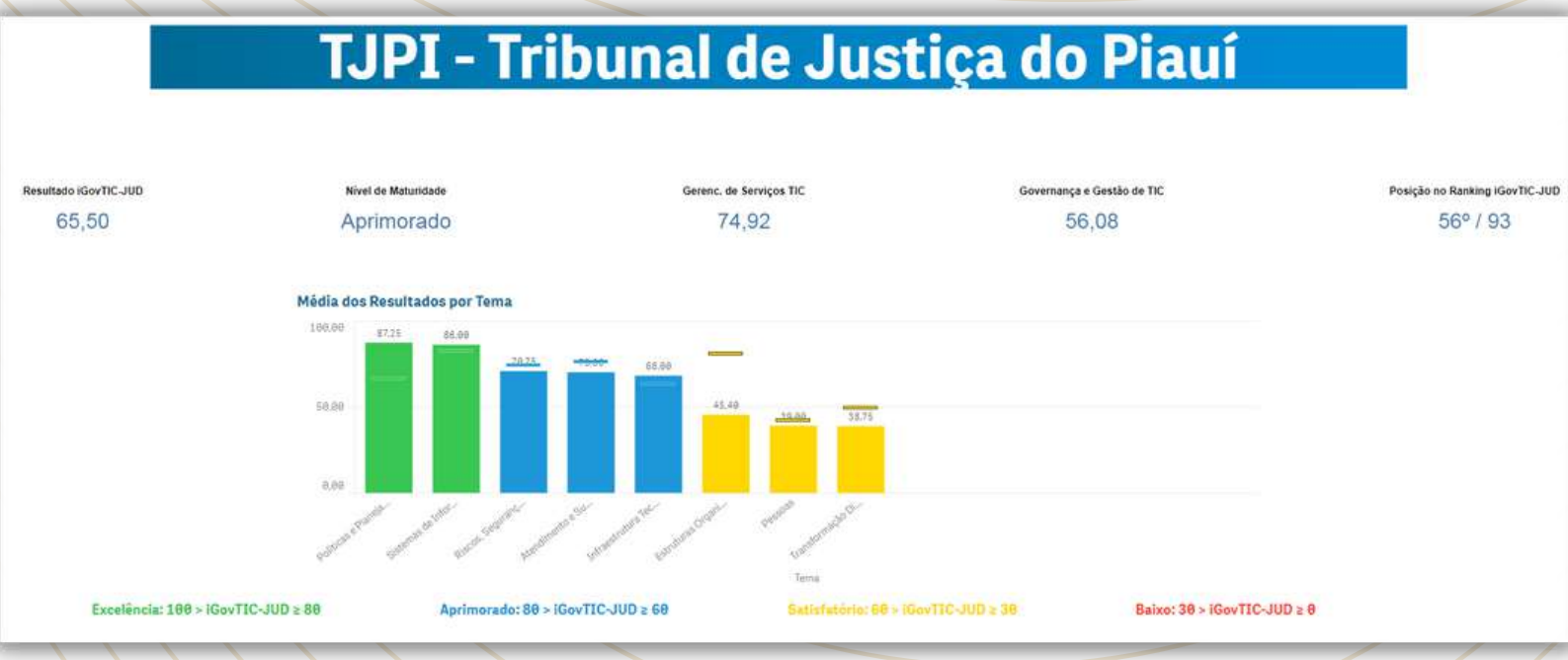
META 12

Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

INSTÂNCIAS DA JUSTIÇA	% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
TJ-PI	159,22

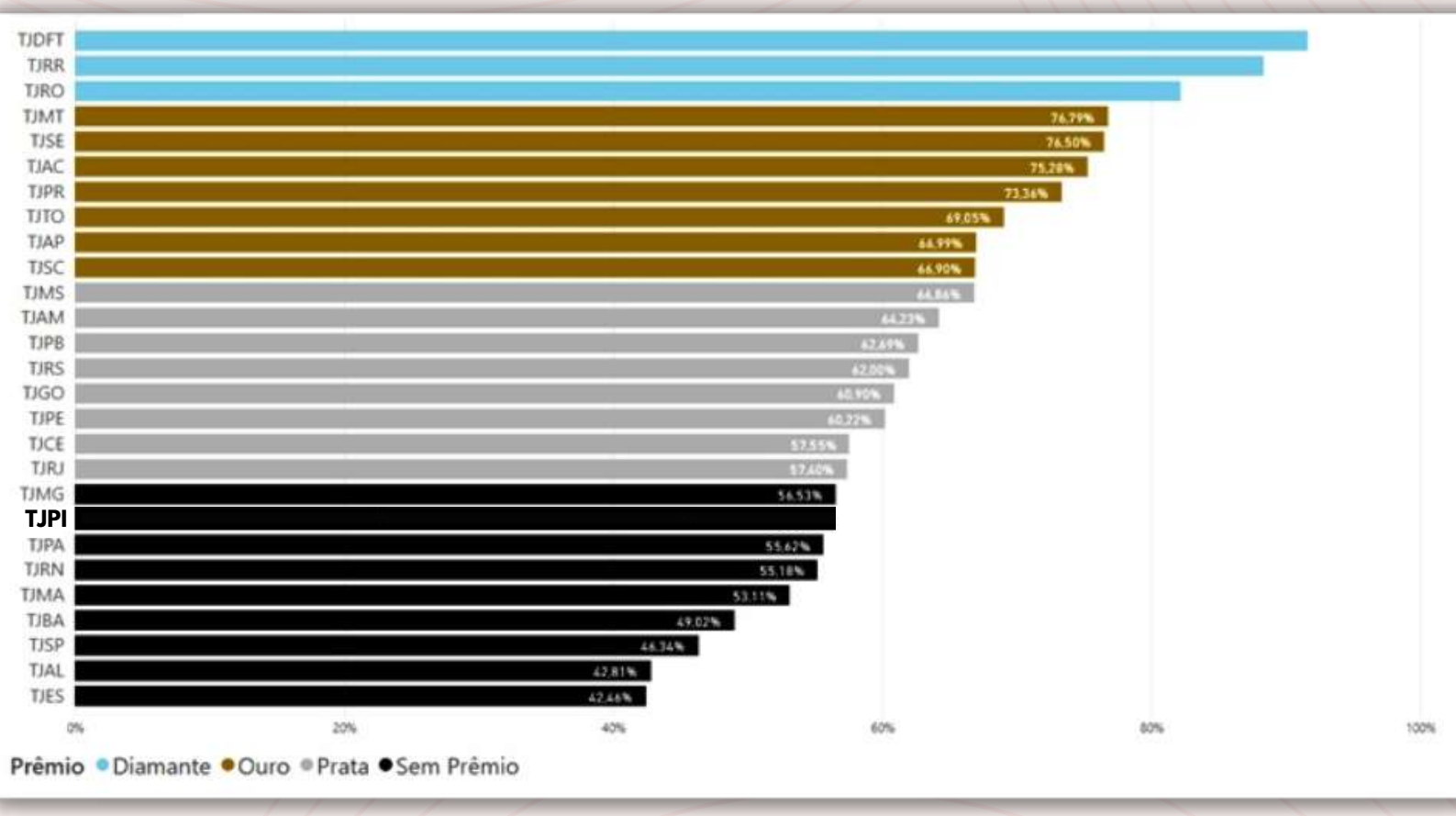
DADOS : IGOV-TIC-JUD

TI do TJPI tem o resultado de 65,50% no indicador Igov-tic-jud do CNJ, passando de uma TI satisfatória para uma TI aprimorada.



TJPI ELEVA NÍVEL DE QUALIDADE EM AVALIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Piauí saiu da última (27ª) para a 20ª posição no Prêmio CNJ de Qualidade. O resultado foi divulgado durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário de 2021, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e demonstra o aumento da qualidade do TJPI em relação aos demais Tribunais brasileiros.



"Quero creditar esse avanço ao empenho de todos os Magistrados e Magistradas, de ambas as instâncias, aos servidores e as servidoras das searas administrativa e judicial e a todos os que fazem o TJ-PI." Desembargador José Ribamar Oliveira - Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

/ TJPIOFICIAL